

ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 06 DE FEVEREIRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA - Refere-se às perdas provocadas pela estiagem.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se às obras no planalto norte.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Questiona a mensagem do governador; manifesta preocupação com os ataques no estado.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Questiona fala da deputada Ana Paula Lima.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Manifesta-se com relação à nova onda de ataques.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Manifesta preocupação com relação à nova onda de ataques em Santa Catarina.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Fala a respeito da realidade da questão do sistema prisional de Santa Catarina.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Faz um contraponto ao pronunciamento da deputada Ana Paula Lima; reporta-se à segurança no estado.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Responde ao deputado Ismael dos Santos.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Congratula-se com o deputado Valmir Comin.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à tragédia em Santa Maria e à nova onda de ataques no estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Antes de passar para as Breves Comunicações, esta Presidência comunica que, de acordo com o que dispõe o § 3º do art. 30 do Regimento Interno, o qual determina o número de vagas que cabe a cada bancada ou bloco parlamentar para composição das Comissões Permanentes, abre o prazo de cinco sessões para que cada líder proceda à indicação dos nomes de sua representação.

Comissões com nove membros: comissão de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação e de Ética e Decoro Parlamentar. Bancada do PMDB e

do PSD - duas vagas; bancada do PSDB e do PP - uma vaga; bancada do PT - uma vaga e o bloco PDT, PPS, PTB e PCdoB - uma vaga.

Comissões com sete membros: comissão de Agricultura e Política Rural; de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; dos Direitos da Criança e Adolescente; de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; de Educação, Cultura e Desporto; de Legislação Participativa; de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul; da Pesca e Aquicultura; de Proteção Civil; de Saúde; de Segurança Pública; de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Transportes e Desenvolvimento Urbano; de Turismo e Meio Ambiente.

Para a bancada do PMDB, 2 vagas; PSDB, 1 vaga; PP, 1 vaga; PT, 1 vaga; PSD, 1 vaga; e para o bloco PTB, PPS, PDT e PCdoB, 1 vaga.

Solicito à assessoria que distribua também uma cópia desta comunicação às bancadas.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, saúdo de forma especial o Cristiano, nosso conterrâneo, que está aqui presente e que atua na área de *marketing*.

Gostaria de iniciar a minha fala dizendo que o ano de 2012 foi de muita movimentação, de muito trabalho, tanto aqui no Parlamento quanto nas atividades pelo estado. E, com certeza, este ano de 2013 não será diferente. Teremos muitos desafios, mas juntos iremos trabalhar para garantir o melhor para Santa Catarina.

Lamentavelmente, mais de uma vez o oeste e o meio oeste catarinense enfrentam o problema da seca. Nos últimos 12 anos foram dez estiagens, ou seja, são dez anos de perdas consideráveis na agricultura, que refletem diretamente na economia e na mesa dos brasileiros.

Os agricultores que plantaram o milho em novembro somam perdas de cerca de 50% a 70% da safra. A safrinha também está sendo descartada já que a terra não tem umidade suficiente para a plantação do milho e cerca de 90% dos agricultores não conseguirão fazer o plantio. Refiro-me aos agricultores dessas áreas afetadas pela estiagem, inclusive já com parte deles com decreto de emergência.

A Bacia Leiteira já computa perdas de 10% a 20% da produção. Muitos agricultores estão antecipando o fornecimento de silagem já que no campo a pastagem secou.

Na região da Amauc, - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - diversos municípios estão decretando situação de emergência, a água já está faltando e para citar um exemplo, dois poços artesianos secaram e estão aumentando os pedidos de transporte de água em todos os municípios afetados pela estiagem.

Nós já falamos aqui em outras ocasiões que precisamos de medidas estruturantes para combater as estiagens e também nesse caso agora de medidas emergenciais.

(Continua lendo.)

"O governo federal tem aumentado, é verdade, as linhas de crédito e, inclusive, no ano passado firmou uma parceria entre o ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o governo do estado para a construção de 4,9 mil cisternas para o reaproveitamento da água da chuva no combate à seca.

O objetivo é atender a 24.500 pessoas de 81 municípios das regiões oeste e extremo oeste que foram atingidas pelas estiagens nos últimos anos.

O investimento do ministério do Desenvolvimento Social é de R\$ 12,3 milhões com a contrapartida do estado de apenas R\$ 650 mil para a capacitação das famílias e serviços preliminares de nivelamento dos terrenos, e para uma pesquisa qualitativa que irá verificar se as cisternas serão usadas de modo adequado. A construção dessas cisternas será feita por meio de cooperativas que participarão de chamada pública. O programa

integra o Pacto pela Proteção Social do governo do estado e será executado pela secretaria de estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.”

Mas aqui está um detalhe importante que me leva a me pronunciar com mais ênfase sobre esse assunto: é que os recursos já foram liberados pelo governo federal, mas o estado ainda não providenciou o devido processo licitatório. É preciso, portanto, que o estado, deputada Ana Paula Lima, agilize esse processo licitatório, pois há milhares de pessoas sofrendo com a estiagem.

Fizemos, inclusive, um requerimento nesse sentido endereçado às secretarias responsáveis pelas licitações, que é a da Administração e também a secretaria que irá fazer a execução desses recursos.

(Continua lendo.)

“Quanto às linhas de crédito, os agricultores da região sul afetados pela seca” - mas é a seca passada, só que já estamos vivendo outra seca - “terão até o dia 28 de fevereiro para acessar a linha de crédito emergencial no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. A ampliação do prazo que terminaria no final de janeiro foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, a pedido do ministério do Desenvolvimento Agrário, em função de solicitações de organizações dos agricultores familiares.” Esse prazo está, portanto, prorrogado até 28 de fevereiro.

“A linha emergencial de crédito pode ser acessada por agricultores dos municípios que decretaram situação de emergência ou estado de calamidade pública entre 1º de dezembro de 2011 e 30 de abril de 2012. O valor total disponibilizado é de R\$ 1,2 bilhão.

O crédito emergencial para a região sul financia projetos técnicos para reconstrução ou revitalização das unidades familiares de produção; práticas de uso, manejo e conservação de solo e de água; implantação de projetos de irrigação; formação e melhoria de pastagens; e produção e conservação de forragem para alimentação animal.

Por essas atitudes é que podemos ver a preocupação do governo federal com os atingidos pela estiagem aqui no estado. Mas não podemos ficar de braços cruzados, pois são muitas famílias sofrendo com os problemas das secas passadas e agora mais uma no presente.

Falta chuva, mas não falta esperança para a agricultura de Santa Catarina, que é formada por mulheres e homens batalhadores, que mesmo enfrentando dez anos de seca não desistem da vida no campo.

E é neste sentido, já que não temos o poder de fazer chover, que faço, mais uma vez, um apelo ao governador do estado, para que priorize o processo licitatório para a construção dessas cinco mil cisternas que beneficiará os agricultores. Que também determine a assistência imediata, auxílio imediato para as famílias dos municípios que estão novamente em estiagem, que estão com os decretos de estiagem já em andamento, que possa dar assistência e atendimento a essas famílias.

Senhor presidente e senhores deputados, sobre esse assunto era isso que tinha a declarar. Infelizmente o tempo está encerrando, mas gostaríamos de rapidamente fazer um registro sobre o grande evento acontecido na semana passada, do encontro de lideranças do Brasil inteiro com a presidente Dilma e com os ministros, no encontro dos prefeitos em Brasília, deputado Ismael dos Santos, de lideranças e outros deputados.

Eu mesmo estive acompanhando esse evento, bem como alguns deputados do nosso estado e de outros estados. Os prefeitos também estiveram acompanhando as reuniões, as audiências, quando foram tratados os convênios, a participação do governo federal nas ações dos estados, dos municípios, um evento importante que demonstrou a preocupação do governo federal nas parcerias com os municípios.

Temos a perspectiva de que os municípios que correrem - vamos usar este termo, mas o correr significa competência para buscar o cadastramento dos projetos -, forem atrás, apresentarem projetos, terão condições de buscar recursos para

as suas comunidades, de parcerias junto ao governo federal, para fazer obras e serviços.

Queria, portanto, fazer esse registro, parabenizar este encontro convocado pela Presidência da República, coordenado pela secretaria das Relações Institucionais, a nossa ministra catarinense, Ideli Salvatti, cujo trabalho lá foi bastante elogiado nessa mobilização dos prefeitos.

Para encerrar, eu não poderia deixar, nesta primeira fala do ano legislativo, deputado Ismael dos Santos, de fazer um registro de pesar para o trágico acontecimento de Santa Maria, onde a vida de pessoas, jovens com a vida pela frente, foram dizimadas, fruto de irresponsabilidade de alguns, que provocou aquela tragédia.

Que sirva isso de lição para que as questões de segurança sejam olhadas com mais atenção e que se possa olhar para esses eventos, para essa juventude, mas com o olhar da preocupação.

A apuração dos fatos de Santa Maria precisa ser rigorosa, precisa ser urgente, minuciosa, para que sirva isso como exemplo, para que o Brasil, os nossos estados e os nossos municípios não deixem novas tragédias como essa acontecerem.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Gostaria de registrar com satisfação a presença nesta Casa dos vereadores Manoel e Danilo, de Schroeder, e do presidente daquele Poder Legislativo, vereador Valdivino.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Bem-vindos, presidente da Câmara e vereadores do município de Schroeder.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar, pela vez primeira, o nosso presidente que nos vai comandar durante um ano. E temos a certeza de que o fará com maestria, como mostrou nos seu discurso de abertura perante o governador e perante o estado de Santa Catarina.

Saúdo todas as senhoras deputadas, os senhores deputados, especialmente o vereador Almir Borini, de Porto União, e sua família, sua esposa Margarida, sua filha Selma, que nos visitam neste dia.

Bem-vindos a esta Casa!

Gostaríamos de iniciar a nossa fala parabenizando o governador do estado pela mensagem que veio trazer aos deputados e a todos os catarinenses. Mensagem esta de otimismo, mensagem da realidade, mensagem das dificuldades e também mensagem de esperança de dias melhores para o futuro de nossa sociedade, para nossos filhos e esperança para o povo catarinense.

Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira estiveram nesta Casa e deixaram, sem dúvida nenhuma, uma mensagem importante para todos nós catarinenses.

Estivemos no planalto norte, em Rio Negrinho, na semana anterior, deputado Aldo Schneider, nosso líder da bancada, juntamente com o prefeito Alcides Grohskopf, vereadores, autoridades, deputado Silvio Dreveck e Darci de Matos, para o grande lançamento da rodovia de união do planalto norte com o alto vale de Itajaí, o maior anseio do planalto norte.

Temos certeza de que é o maior investimento do planalto norte o lançamento do edital da rodovia BR-477. O primeiro lote vai de Moema a Volta Grande e corresponde a 43,4 quilômetros. O orçamento aproximado é de R\$ 74 milhões. O segundo lote da rodovia BR-477, entroncamento com a SC-112, Dr. Pedrinho, na extensão de 29,2

quilômetros, está com um orçamento aproximado de R\$ 78 milhões.

Estivemos com o governador Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira em Rio Negrinho, autorizando a ordem de serviço para 22,6 quilômetros para a referida rodovia. Obra esta financiada pelo BNDES, no valor de R\$ 34,7 milhões.

Então, esse crescimento, esse desenvolvimento de Santa Catarina também está ocorrendo no planalto norte. Temos certeza de que essas obras terão o seu término ainda no governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira.

A grande preocupação também se faz na área da saúde para o planalto norte. Conversamos com o secretário dr. Dalmo de Oliveira para a instalação da nossa alta complexidade em Canoinhas, Mafra e São Bento do Sul.

Deputado Silvio Dreveck, São Bento do Sul faz, sim, o grande pedido para a instalação de Oncologia no município que tão bem conhecemos - o sr. deputado Silvio Dreveck é o representante de São Bento do Sul.

Assim, estamos dizendo que a alta complexidade se faz necessária em todo o planalto norte, não é só em Mafra nem em Canoinhas. Em Mafra, devemos ter alta complexidade em Obstetrícia, em Neonatologia, pois é lá que temos a Maternidade Dona Catarina Kuss, que já atende com especialidade, já atende com capacidade, já atende com coerência e com ótimo atendimento em Obstetrícia e em Neonatologia.

Temos também pedido para Cirurgia Bariátrica. São dois pedidos importantes para o município de Mafra, como também para o município de Canoinhas, mas principalmente alta complexidade em Traumatologia/Ortopedia. Canoinhas é o único município que tem cirurgia de mão. O cirurgião do planalto norte em Canoinhas se destaca com o dr. Marcelo Sussenbach.

Temos lá neurocirurgia, com o dr. Moraes, que acabou de chegar ao município e faz cirurgia de coluna. Temos especialistas em joelho, o dr. Adriano Aguiar e o dr. Marcello Galotti. Temos cirurgião especialista em quadril. Portanto, temos

cinco ortopedistas para fazer o atendimento do Planalto Norte, em alta complexidade, traumatologia e ortopedia.

Com certeza a saúde no município de Canoinhas também precisa da hemodiálise. É necessário que seja implantada para que os pacientes não precisem se deslocar, 50, 120 quilômetros para fazer uma hemodiálise e depois ainda voltar. O doente tem que ser atendido *in loco*, principalmente o sofrido paciente da hemodiálise. Tenho certeza de que a hemodiálise será instalada em Canoinhas pelo governo estadual, e fazemos um pedido ao dr. Dalmo para que aconteça o mais rápido possível, mesmo porque é um pré-requisito para a traumatologia e a ortopedia.

Quero dizer aos catarinenses que estivemos ausentes deste plenário por aproximadamente 90 dias. Enfrentamos provações inerentes a todo ser humano, mas tivemos umas provações a mais. Ocorreu a morte do meu filho. Ocorreu um acidente durante a campanha, e fiquei quatro meses de cama, dois meses antes da eleição e dois meses depois.

Recentemente, tive uma doença oncológica. Fui operado no Hospital Sírio Libanês em São Paulo, com sucesso. Estou curado, não precisando fazer quimioterapia e radioterapia.

Quero dizer que estou aqui cheio de energia e esperança de juntamente com os 40 deputados continuar fazendo o trabalho que a sociedade exige de nós. Que possamos fazer com que as leis que vamos aprovar atendam aos anseios da sociedade. Que a Assembleia Legislativa continue fazendo no seu plenário a aprovação das leis necessárias à sociedade. Que os 40 deputados, todos imbuídos do mais alto espírito, possam mudar a imagem do político. Que todos os políticos e nós, catarinenses, tenhamos muita transparência e clareza. E espero que a sociedade reconheça o trabalho dos bons deputados, que façam a diferença e não coloquem todos numa vala comum, chamando de corruptos e por aí fora.

Existem deputados muito bons neste estado e no Brasil. Vamos mudar a imagem dos políticos. E espero que a sociedade saiba reconhecer o trabalho

dos deputados honestos, que fazem seu trabalho, que honram os votos que receberam nas urnas, que com dignidade lutam pela sua região, levando recursos para lá e gerando crescimento e desenvolvimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado.

Nesse tempo que v.exa. ficou fora, pode ter certeza de que ficamos todos na torcida diária pelo seu restabelecimento. V.Exa. enfrentou momentos de muita dificuldade, muita luta e deixou os seus colegas, desta Casa, apreensivos e numa grande torcida.

Que Deus continue lhe concedendo saúde. Nós estamos felizes em revê-lo nestas condições. Que v.exa. possa servir de referência e de exemplo, a partir de tantas dificuldades que empreendeu com a perda do único filho, com o acidente que teve que enfrentar naquelas condições e com a grave doença que v.exa. empreendeu.

Pode ter certeza de que o seu exemplo de luta pela vida foi referência, exemplo e reflexão que fizemos em vários momentos. Que Deus lhe conceda saúde. Essa também é a torcida da nossa Casa, tenho certeza de que de todos. Também é o desejo de todos o restabelecimento do nosso colega deputado Altair Guidi que se desloca, hoje, para São Paulo. Ele vai passar por uma intervenção cirúrgica, estará com uma boa equipe médica fazendo esse procedimento.

E a nossa torcida para que ele restabeleça logo a sua condição plena de trabalho para poder voltar a servir ao povo catarinense, aqui, nesta Casa.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, líder do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, que tem a missão de coordenar os trabalhos, nesta Casa, durante todo este ano, um acordo entre todos os parlamentares desta Casa.

Desejo sucesso neste novo comando!

Ao deputado Antônio Aguiar realmente Deus fez uma série de provações para ele, na caminhada desses últimos anos. Que ele cada vez se fortaleça mais.

Quero desejar-lhe vida longa, saúde, paz e bons trabalhos, aqui, na Assembleia, assim como também ao deputado Altair Guidi, que vai passar por uma intervenção cirúrgica.

Ouvia atentamente, srs. parlamentares, e faço um cumprimento todo especial aos srs. parlamentares, aos funcionários desta Casa, a quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e a quem não tive prazer ainda de cumprimentar. Que o ano de 2013 seja um ano de muita felicidade, de muita saúde e de muito sucesso. E que os trabalhos aqui possam contemplar os anseios do povo catarinense, já que o governador do estado não tem feito isso, de uma forma que o povo tanto deseja.

Eu ouvia atentamente o discurso do deputado Antônio Aguiar, quando se referia à mensagem que o governador fez ontem, aqui, neste Parlamento.

Que mensagem, senhores? Que mensagem que o governador passou para o estado de Santa Catarina? Que mensagem é essa que eu não compreendi?

Ouvia atentamente também o discurso do sr. governador proferido, nesta Casa, e confesso que mais uma vez a mensagem que eu recebi do governador do estado de Santa Catarina foi uma mensagem de decepção.

Eu esperava, srs. parlamentares, sra. deputada e público catarinense, um governador decisivo, um governador vibrante, um governador propositivo e uma mensagem firme e vigorosa diante daquilo que mais tem perturbado o sono e tem angustiado o nosso povo, que é a crise na segurança pública da história de Santa Catarina.

É isso que o nosso povo esperava do governador. Uma ação firme nesta hora.

Quero fazer aqui algumas reflexões que estão angustiando os catarinenses. E lamento profundamente a sequência de erros cometidos na

condução pelo governo do estado, nessa área, que acredito, srs. deputados, ser estratégica.

A população catarinense está aterrorizada, está com medo, está vivendo um estado de plena insegurança.

Pela primeira vez na história Santa Catarina está refém de um crime organizado. Em menos de três meses, srs. parlamentares e sra. deputada, fomos surpreendidos duas vezes por ataques a ônibus, veículos, bases policiais, incêndios em caminhões, pela mais absoluta ausência do governo.

Aqui faço uma sequência que a assessoria da bancada do PT nos fez, de novembro do ano passado até janeiro deste ano, dos municípios que foram atacados pelo crime organizado: Maracajá, Balneário Camboriú, Araquari, Laguna, Tubarão, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Camboriú, sempre, Criciúma mais uma vez, Tijucas, Palhoça, São José, Joinville mais uma vez, Gaspar pela segunda vez este ano, Florianópolis, Chapecó, Itapema, Blumenau, a minha cidade, Itajaí, Ilhota, uma cidade muito pequena, Indaial. Todos esses municípios que elenquei, no ano de 2012 e 2013, foram mais uma vez atacados. Quantos municípios faltam ainda para terem essas ações e o governo do estado se atentar para esse problema que tem afetado todos nós?

Pela segunda vez, srs. parlamentares, somos manchete nacional com imagem de tortura e violência nos presídios, o que não ajuda em nada na condição das políticas de segurança pública, nas políticas da condução de ataques no estado de Santa Catarina. Também pela segunda vez o Brasil inteiro está falando do problema em Santa Catarina, mas parece que o governador do estado e seus secretários não se atentam para essa preocupação.

Eu registro que a responsabilidade por esse momento não é dos profissionais da área da segurança, não são dos policiais civis, policiais militares, que fazem, sim, um trabalho exemplar nas ruas. A responsabilidade do que está acontecendo no estado de Santa Catarina é de quem comanda o estado catarinense, dos que comandam a

Segurança Pública, dos que governam o nosso estado. Faltam políticas públicas e sobram, srs. parlamentares, incompetências.

Completamos mais uma semana de ataques. A sociedade também está apavorada. Somam-se 60 ocorrências em 19 municípios. Será que os outros municípios dos 295 que temos no estado vão sofrer também com essa situação? Foram ônibus queimados, veículos, bases policiais, caminhões, casas de agentes públicos e até a garagem de uma prefeitura do município de Ilhota, pequena, também sofreu esses ataques.

Ontem, depois de ouvir decepcionada a mensagem do governador que contou essa história aonde ele vai, as historinhas de catarinenses que deram certo, eu fiquei a tarde toda aqui imaginando que ele vinha dizer a solução dos problemas de nosso estado, não para saber de histórias que deram certo. Eu quero que dê certo o governo dele, para que o nosso povo durma mais tranquilo.

Depois que de sair daqui, à tarde, da Assembleia Legislativa, vi imagens de fumaça de mais um ônibus sob chamas em Florianópolis e pude sentir o medo nos olhos de muitas pessoas, de homens e mulheres que observavam aflitos o que estava ocorrendo. Isso foi ontem mesmo, depois de eu sair deste Plenário.

Hoje, o governador do estado finalmente foi ao governo federal para ver e entender o que já havia sido oferecido em novembro do ano passado, em termos de soluções, recursos e aparato para resolver os problemas, quando aconteceram os ataques no ano passado e Santa Catarina não quis. Assim, hoje, o governador do estado está, sim, com o ministro da Justiça, mas somente, deputado Ismael dos Santos, para buscar as vagas nos presídios e penitenciárias.

Somente para buscar as vagas? Não! Nós queremos mais do que isso. Não queremos só a transferência dos presos perigosos para essas penitenciárias de segurança máxima. Nós queremos mais do que isso. Nós queremos resolver esse problema e sabermos o que é que está acontecendo aqui. E a minha pergunta é: por que será que o

governo do estado não aceitou a ajuda do governo federal? Será que estava com medo que a nossa Polícia Federal descobrisse alguma coisa que estava acontecendo nos gabinetes do governador do estado de Santa Catarina e dos seus secretários? Essas investigações é que devem saber por que ocorre e por que estão acontecendo esses ataques.

Será que estão com medo? Não somente a transferência de presos... Queremos saber o que está acontecendo.

Uma força-tarefa aqui. Se não vierem com essa solução hoje do governo federal que já ofereceu ajuda no ano passado, este Parlamento tem que parar, sim, e discutir essa situação, porque é lamentável o que vem acontecendo no nosso estado.

Então, srs. parlamentares, esse assunto é longo, é desgastante, é preocupante e não podemos somente ouvir através dos meios de comunicação o que a nossa população está sofrendo todos os dias.

Começou no ano passado, deputado Sargento Amauri Soares, já era uma mensagem avisando o que é que estava acontecendo na segurança do nosso estado.

Então, acho que temos uma responsabilidade muito grande. Por isso saí, infelizmente, srs. parlamentares, não somente eu, mas muitos dos senhores, decepcionada. Qual a mensagem que o governador passou para o público de Santa Catarina no dia de ontem? Qual a mensagem? Que Carlos Renaux deu o primeiro empréstimo para instalar a Cônsul, a WEG, nós sabemos. É ler história. Ele que faça a sua história salvando o povo de Santa Catarina do sistema que tem vivenciado, que é o sistema de insegurança.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra por até cinco minutos o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc, catarinenses que estão aqui, colegas de imprensa, tenho dois

assuntos para tratar e quero ver se consigo tratar nesse tempo.

Eu não poderia ficar de forma nenhuma sem alguma resposta ao comentário da deputada Ana Paula Lima.

Primeiro quero dizer que o governador falou, sim, dando uma mensagem aos catarinenses. Cada um tem sua forma de falar, de agir. O governador prefere falar dessa forma, da história dos catarinenses.

Todos nós, deputado Aldo Schneider, recebemos a mensagem, deputada Dirce Heidercheidt, que vem com tudo que temos de empresas, deputado Silvio Dreveck, que elas se misturam na história do estado.

O governador aqui falou de todas as ações. Falou inclusive de uma obra fantástica lançada em Criciúma, que vai beneficiar a vida dos criciumenses em muito e o desenvolvimento daquela cidade. Falou, para a nossa cidade em Joinville, sobre a duplicação da Santos Dumont e de tantas outras obras. Inclusive quero parabenizar o governador que deixou de lado o discurso escrito, através do telepronto, que estava aqui, e falou como sempre, com o coração, não lendo ontem o discurso.

Então, a deputada não prestou atenção. Talvez ela estivesse em outra atividade aqui dentro ou só prestou atenção naquilo que quis.

Com a ação, a força federal, o governo do estado de Santa Catarina estava fazendo tudo que é possível, junto com o governo federal, na questão de segurança. Quando se fala em Força Nacional, parece que é o Exército brasileiro. Sabem quantos homens tem na Força Nacional para atender ao Brasil inteiro, no tamanho continental, deputada Dirce? Cem homens para atender ao Brasil inteiro. Cem homens.

Aí fico pensando que é uma forma muito leviana de colocar uma situação que o estado está vivendo e está preocupado dessa forma. E fico pensando no aparato, pois que se transformou em muitos casos políticos a ação da Polícia Federal aqui neste país. E não vou chegar a Blumenau, onde está

havendo um monte de denúncias, de investigações, que o promotor é parente de não sei quem, é cunhado, é primo, de gente ligada à oposição. Mas não quero falar sobre esse assunto agora.

Não poderia de forma nenhuma deixar de falar também de fogo. Mas não é o fogo que estamos passando com esses atentados no nosso estado.

Por conta dessa tragédia em Santa Maria o Brasil inteiro, deputado Jorge Teixeira, está revendo as suas licenças e a forma de prevenção de acidentes, de tratamento nas casas, em todas, que recebem público.

O que me trouxe extrema preocupação é um cidadão de Brusque, comandada pelo Partido dos Trabalhadores, que por um decreto do prefeito extinguiu a necessidade do Habite-se para dar alvará para as empresas e casas noturnas naquela cidade. Isso foi feito por decreto. São leis que o ex-deputado Paulo Excel, prefeito de Brusque, extinguiu simplesmente e disse: não precisa mais de Habite-se para tirar alvará de licença para casas noturnas funcionarem em Brusque.

Quando o Brasil inteiro está preocupado em fazer fiscalização, o governo do PT, de Brusque, diz que não precisa mais de Habite-se.

Então, esta Casa precisa ter, sim, uma posição, sr. presidente, com relação a todas essas questões. Sabemos que muita força está nas mãos do prefeito, mas temos que tomar cuidado com esses prefeitos que colocam em risco a vida da população pensando em outras vantagens. E deixo aqui o meu alerta, porque a cidade de Brusque está numa situação de contramão do Brasil inteiro. E os seus moradores ficaram numa situação muito complicada por conta desse decreto do prefeito do PT, da cidade de Brusque.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes. Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos, hoje quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, primeiro quero fazer o registro que é a primeira vez que o PCdoB usa a tribuna sob a sua presidência. E dessa forma desejo sorte, que faça um trabalho muito profícuo à frente da Assembleia Legislativa e que mantenha essa disposição que sempre teve na interlocução com outras Assembleias Legislativas, de defender o Poder Legislativo, a autonomia e a independência deste Poder.

Boa-sorte, deputado Joares Ponticelli, muita boa-sorte.

Eu gostaria de iniciar este ano de 2013, muito embora com a pauta já represada desses meses que ficamos fora do Parlamento, todos nós, para discutir um pouco da questão que estamos tratando no estado de Santa Catarina e que envolve essa nova onda de ataques.

Peço licença ao nosso estado, para particularizar na região da grande Florianópolis. Estive com muito prazer com a coronel Claudete Lehnkuhl, com o dr. Everton, do DEAP, e também com o nosso delegado regional Renato Hendges, participando de um debate, tratando um pouco do tema.

Fica muito claro para nós o tamanho do problema que temos. E tenho a convicção de que hoje é um grande tema sobre o qual Santa Catarina precisa se debruçar. Não é possível que num estado tranquilo como o nosso, um estado conhecido pela ordem, possamos vivenciar dias como aqui em Florianópolis, que a partir das 23h não tem mais ônibus. Nós estamos à beira do Carnaval, um dos grandes eventos do estado de Santa Catarina, um dos grandes eventos para Florianópolis, para a sua arrecadação inclusive. Não é só uma comemoração cultural, não é só um momento de alegria, é também parte da economia do município. Mas não temos condições mínimas de segurança para o nosso povo e para o turista que vem para cá.

Imaginem v.exas. que estamos vivendo uma segunda onda. Em novembro do ano passado o estado já viveu isso, mas havia uma característica: era

mais concentrado, eram ataques em poucas cidades. Hoje, já chegamos a 19 cidades, num total de 60 ocorrências.

O que me chama a atenção em particular é que ontem, em Florianópolis, um ônibus foi incendiado às 17h30. E esperava ontem mesmo que o pronunciamento do governador fosse contundente sobre esse assunto, que pudesse dizer para Santa Catarina, aliás, ele precisa dizer isso, o que pensa sobre o que está acontecendo e as ações que pretende fazer a partir disso.

É claro que queremos superar este momento e para isso todos estarão juntos, não haverá governo nem Oposição neste momento. O que há aqui para nós é de fato o interesse do povo catarinense, mas precisamos de respostas; precisamos saber primeiro por que isso está acontecendo; precisamos que o governo diga se negociou ou não em novembro do ano passado, como está no CD que está circulando e que é do conhecimento de todos. Houve ou não negociação? E, se houve, o que foi negociado? E se não houve, o governo terá que vir para cá dizer que não houve e nos convencer de que de fato não houve negociação.

Temos que tratar também da questão que mais se atém à responsabilidade da Assembleia Legislativa, que é a prevenção, o combate à violência na sua forma tênue, antes que ela aconteça. Para isso é preciso gerar oportunidades e desenvolvimento econômico. Não há política de direitos humanos mais elevada do que gerar oportunidade de dar às nossas crianças escola em tempo integral, qualificar a saúde do estado de Santa Catarina e valorizar os trabalhadores que atuam na área da Segurança Pública.

Hoje, recebi um *e-mail*, o qual quero partilhar com todos vocês, e quem está em casa nos ouvindo pela TVAL poderá conferir, de uma pessoa que trabalha no presídio de São Pedro de Alcântara relatando que três colegas seus cometeram suicídio há pouco mais de um ano em função das condições de trabalho. Eles são mal remunerados, há um efetivo pequeno e não têm condições de trabalho. É claro que juntando esse caldeirão todo chegamos a esse

cenário que está agora. E ontem ouvi o pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves de que, na verdade, não é somente um fator, e v.exa. está corretíssimo nisso, é uma série de fatores que têm assolado o estado de Santa Catarina, os quais vamos fazendo de conta que não acontecem.

Concluindo dentro dos segundos que me restam, quero saudar aqui o presidente deputado Joares Ponticelli pelo seu discurso de posse e dizer que esta Casa vai ser pró-ativa no debate de combate, vai ser protagonista no combate às drogas. Para isso precisamos dar oportunidades aos jovens para que eles tenham outra perspectiva de vida que não seja a das drogas. E para isso nós, da Assembleia, precisamos também nos sentir corresponsáveis, seja na prevenção ou depois no tratamento. Porque todos os dias há uma mãe pedindo para nós um lugar para tratar o seu filho e não temos, e isso é parte do combate à violência.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputada Angela Albino.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves, representando a bancada do PSDB, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero, mais uma vez, augurar a v.exa. que tenhamos, nos próximos dois anos, muitas novidades, que v.exa. possa desenvolver seu trabalho dentro de sua criatividade, inteligência e que alcancemos pleno êxito nessa gestão.

Dito isso, quero deixar registrado nos anais desta Casa o sentimento de perda profunda deste deputado e, tenho absoluta certeza também, dos srs. deputados, principalmente dos colegas de trabalho, de um funcionário desta Casa, que era assessor da coordenação de plenário, que trabalhou conosco até alguns meses atrás. Foi detectada uma doença nele, estava com leucemia, e em questão de muito pouco tempo acabou perdendo a vida.

Fui tomado de muita surpresa com a notícia da morte de José Neves Filho, que trabalhou 20 anos

nesta Casa e estava assessorando os trabalhos aqui do nosso plenário. Então, fica aqui o nosso sentimento de perda aos familiares de José Neves Filho, que faleceu em 08 de janeiro de 2013.

Dito isso, gostaria de falar sobre o tema abordado anteriormente pela deputada Angela Albino, pois não podemos ficar calados mesmo que muitos nos acusem de demagógicos.

É muito grave a situação que estamos enfrentando e vivenciando neste momento com relação ao assustador aumento do poder dos marginais a ponto de praticamente nos tornarmos reféns. Isso tem não apenas uma causa, mas muitas, e se formos citar todas teríamos que começar, em primeiro lugar, pelo sentimento de impunidade que existe em função, principalmente, da frouxidão da lei que permite a um delinquente, condenado por até quatro anos, não cumprir pena. Quer dizer, se eu roubar um carro e for condenado até quatro anos, não vou preso, a não ser que eu seja reincidente. E essa frouxidão da lei aconteceu tendo em vista a superlotação dos presídios no país inteiro.

Tendo em vista esses problemas, foi necessário os senhores juízes chegarem a um entendimento de que é preferível manter esses delinquentes de primeira hora na rua do que colocá-los num presídio para que se tornem alunos confessos de profissionais, para depois serem profissionais do crime. Então, tendo em vista esse entendimento, houve o afrouxamento da lei. E com isso, logicamente, veio o sentimento de impunidade. Essa é a grande verdade!

Temos também o Estatuto da Criança, mas para mim, um cara de 17 anos de idade não tem mais nada de adolescente. Estou falando isso porque esses últimos crimes que envolvem ônibus incendiados entre outros, na grande maioria das vezes, são praticados por adolescentes.

Para mim eles são adultos/adolescentes, mas pelo Estatuto do Menor e do Adolescente até 18 anos o menor deve ser tratado como criança, apesar de já terem total discernimento do que fazem. Isso também é uma causa. E as lideranças que se

formaram e consolidaram-se nos presídios é outra causa. Trata-se de elementos, profissionais do crime que dentro dos presídios, com a complacência, quem sabe, até de quem não deveria deixar acontecer isso, foram tomando corpo e acabaram criando, na verdade, um partido do crime, formado por pessoas que constituíram uma grande força do crime.

Temos também o problema da superlotação dos presídios, pois há pessoas que são presas e tornam-se reféns dos próprios presos. E depois, quando saem, têm que executar tarefas a mando desses comandos, porque se não as executarem acabam mais cedo ou mais tarde pagando com a própria vida. Isso também deve ser incluído na preocupação e nas consequências que estamos vendo nos dias de hoje.

A violência de autoridades contra presos também têm que ser analisada sob dois aspectos. A imprensa mostra, a população como um todo assiste a isso e tem-se a impressão de que isso é uma violência generalizada que está acontecendo por parte da polícia contra os presos, mas não é verdade, isso é pontual.

Eu tenho comigo que o preso que é disciplinado, que cumpre com as suas obrigações, que está lá obedecendo às autoridades, não é torturado, baleado nem leva pancadas. Eu tenho esse sentimento. Agora, não se justifica que mesmo aqueles presos que cometem indisciplinas dentro dos presídios sejam colocados pelados lá e que sejam atiradas balas de borracha nas costas deles ou gás de pimenta, porque a violência não vai ajudar em nada a resolver a situação. Violência gera violência e isso não vai resolver! Mas é um caso também a ser analisado e não generalizado, como se está fazendo, essa que é a grande verdade.

E a grande geradora de tudo isso que eu citei aqui é a maldita droga, e o meu presidente, com bastante sabedoria, colocou em uma das suas metas nesta Casa a luta contra as drogas. Este é o grande gerador de tudo isso que nós estamos assistindo lá: o problema do crack e da cocaína rolando as toneladas por este país. E nós

precisamos ter alguma alternativa para combater isso. Este Poder, através do nosso presidente Joares Ponticelli, está tomando uma iniciativa, mas não adianta somente este Poder tomar uma iniciativa isolada. É preciso realmente a união de todas as forças neste país para tentar pelo menos atenuar o problema - porque resolver não se vai.

Eu digo mais, deputado Ismael dos Santos: acho que já está na hora de se colocar no próprio currículo escolar uma disciplina - e especialmente no 1º grau, que é onde estão as nossas crianças -, uma obrigatoriedade, uma aula específica todos os dias para as nossas crianças sobre os malefícios e as consequências disso.

Eu acho que enquanto não tomarmos providências como essas de termos nas escolas, principalmente no 1º grau, uma disciplina específica contra essa situação, eu não sei aonde vamos parar.

Quanto ao governo do estado, e que a deputada Ana Paula Lima mandou (palavras retiradas por ordem do sr. presidente), desculpem-me a expressão, deputado, são 12 mil presos e seis mil estão trabalhando com a garantia de que, ao saírem, terão mais um ano garantido de trabalho.

Amanhã o sr. governador estará em Brasília com a sua presidente, deputada, e tentará conversar com as autoridades judiciais para ver se consegue uma ajuda do governo federal para a solução desse problema.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Gostaria de registrar a presença nesta Casa do vice-prefeito de Cunha Porã, Douglas Gollmann; do vereador

Sandro Fürts, de Cunha Porã; da presidente da Câmara de Cunha Porã, Izonha Sachser; e do vereador mais votado do município do Iporã do Oeste, Lúcio Mallmann.

O Sr. deputado Nilson Gonçalves - Sr. presidente, peço a palavra pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu gostaria de pedir que fosse retirada dos registros da Casa a expressão proferida pela deputada Ana Paula Lima.

Gostaria que fosse retirada e também peço desculpas à deputada Ana Paula Lima pela expressão pesada que usei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Determino a retirada dos autos.

Tenho certeza de que deputada Ana Paula Lima compreendeu, tanto é que nem fez queixa. Não reclamou porque sabe que com esse seu cacoete de radialista v.exa. às vezes confunde um pouco o microfone de tribuna com o da rádio. Certamente imaginou que estivesse fazendo o seu programa de rádio naquele momento.

Está retirada a expressão que v.exa. usou e com toda certeza foi aceito o seu pedido de desculpas. Parabéns pelo gesto.

Com palavra, por 14 minutos, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputadas, srs. deputados, é uma satisfação poder usar a tribuna neste momento, deputado Joares Ponticelli, para desejar a v.exa. e à Mesa Diretora um extraordinário trabalho nos próximos dois anos, em favor da Casa do Povo de Santa Catarina.

Sucesso a v.exa. neste ano de 2013 e sucesso ao nosso companheiro Romildo Titon em 2014.

Quero também, de uma forma muito respeitosa, cumprimentar o nosso prefeito de Santa Terezinha, o Valdecir Feres, popular Nego, que está vindo de

uma eleição na sucessão do nosso ex-prefeito Genir.

Cumprimento também o Hamilton Zeferino, nosso vereador daquela comunidade, e também o Sérgio que acompanha o prefeito neste momento.

Senhoras, senhores, telespectadores da TVAL, gostaria, neste momento, de demonstrar um pouco da realidade da questão do sistema prisional de Santa Catarina.

Eu sei que neste momento há uma comoção por parte de todo o estado de Santa Catarina pelos últimos fatos que têm ocorrido a partir de novembro do ano passado. Mas há de se registrar, também aqui desta tribuna de que aquilo que está sendo feito por parte da secretaria de estado da Justiça e Cidadania tem alguns efeitos práticos no sentido de reduzir isso, principalmente esses ataques.

Então, eu gostaria de passar à sociedade catarinense exatamente o que a nossa secretaria está fazendo neste período.

(Passa a ler.)

"Com menos de dois anos em funcionamento, a nova Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania enfrenta o desafio de administrar uma das esferas mais dificultosas e problemáticas da administração pública: o sistema prisional.

Diante dos recentes acontecimentos no Estado, o que se viu foi um verdadeiro bombardeio de críticas à administração prisional catarinense, de modo que se apagou quase que totalmente todo o trabalho positivo em prol da ressocialização, da educação, da reabilitação econômica e da justiça que se tem empreendido nas unidades penais do Estado.

Toda crítica é salutar, injusto, porém, é proferir sentenças que negam todo o esforço empreendido pelo estado na construção de um sistema mais justo e humanizado.

O sistema prisional de Santa Catarina, como reflexo de uma realidade nacional, sofre com a superlotação, realidade nunca escondida ou maquiada pela sua administração.

Importante citar que enquanto a média nacional de crescimento demográfico alcança 1,12% ao ano, no sistema prisional ela sobe para 9,46% anuais.

O problema fica mais agravado com o baixo efetivo, fazendo da operacionalização diária de nossas unidades um desafio constante.

O que tem feito a Secretaria de Estado da Justiça para combater esta realidade?

Somente nesta administração foram abertas 2.085 novas vagas, com o Presídio Regional de Tubarão, o Presídio Regional de Lages, Complexo Penitenciário da Canhanduba (abrangendo Presídio, Penitenciária e Ala de Semiaberto), Ala de Semiaberto de Joinville e o novo Presídio de Chapecó.

Através do Pacto por Santa Catarina na área da Segurança Pública e Justiça e Cidadania, serão investidos 232 milhões na construção de novas unidades, e até 2014 serão 6.436 novas vagas. A meta é zerar o déficit de vagas no sistema prisional do Estado até o fim desta administração.

Na incessante busca pela ressocialização, a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania estabeleceu 172 convênios com indústrias e empresas privadas, beneficiando quase 6 mil detentos que hoje trabalham nas unidades prisionais do Estado, sendo devidamente remuneradas como pede a Lei de Execuções Penais. Para traçar um paralelo, em 2011 eram apenas 73 convênios e pouco mais de três mil presos em trabalho.

Ainda com todas as adversidades, a excelência do trabalho desempenhado pelos agentes penitenciários do Estado de Santa Catarina fica evidente através dos números de fugas e mortes ocorridas no sistema prisional catarinense: em 2012 foram 194 fugas no Estado, contra 525 em 2011. Ainda em 2011, onze presos foram mortos dentro do sistema prisional, em conflitos internos entre detentos. Em 2012, ocorreram apenas duas mortes.

Para solucionar o problema da falta de efetivo, a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania conquistou junto ao Governo do Estado a

realização de concurso público para suprir a necessidade do sistema prisional catarinense (300 vagas).

No último ano foram adquiridas 42 novas viaturas para o sistema prisional.”[...]sic]

São esses os dados, sras. deputadas, srs. deputados, sociedade catarinense.

Santa Catarina não é uma Ilha que não está interligada com o mundo e muito menos com o Brasil.

Por isso nós aqui, sim, desta tribuna, deste Parlamento, temos que fazer com que em nossos mandatos, que conquistamos através das urnas, possamos fazer um amplo debate para que a sociedade civil organizada, para que o governo, através das entidades envolvidas nesta questão e acima de tudo o governo federal, o governo do estado e o governo dos municípios busquem a solução para esses problemas.

Por isso, quero deixar aqui registrado em nome da bancada do PMDB o trabalho excelente e possível realizado pela atual secretária Ada De Luca.

Evidentemente que esse problema se arrasta por muitas décadas. E nós, juntamente com o governo, com este Parlamento e pela ação determinada do governo federal, com certeza nos próximos dias, quem sabe na próxima semana, talvez possamos conter definitivamente essa onda que assola e assombra a sociedade catarinense, exatamente no que tange à segurança dos nossos catarinenses.

Neste momento, sr. presidente, divido o meu espaço com o eminente deputado Carlos Chiodini que falará também sobre esse assunto.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra o deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente deputado Joares Ponticelli que presidirá esta Casa no ano de 2013, eleito no último dia 1º de fevereiro, srs. deputados, membros da Mesa Diretora, pessoas que nos acompanham tanto no plenário como também pelo sistema de comunicação da Assembleia, seja a Rádio Alesc, a TVAL ou os vídeos na internet.

(Passa a ler.)

"Confesso que neste primeiro pronunciamento do ano, deputado Jorge Teixeira, gostaria de falar sobre coisas positivas como o sucesso do Femusc realizado em Jaraguá do Sul, o Festival da Música de Santa Catarina, que encerrou no último dia 02/02/2013, sendo considerada a melhor de todas as edições que já ocorreram. Foram 800 músicos participantes de 28 países, 200 concertos se espalharam por toda a cidade.

Falar sobre importantes conquistas do nosso estado como os índices educacionais do Enem e do Ideb; projetos de infraestrutura que vemos aflorar; falar de inúmeras visitas que fizemos *in loco* às escolas; ainda nesta semana da posse de 90 novos professores efetivos da rede pública que estão acontecendo só na região do vale do Itapocu que ocorreu na segunda-feira em Guaramirim.

Porém temos a responsabilidade, a exemplo dos deputados que nos antecederam aqui na tribuna, de levantar a preocupação sobre esses episódios terroristas que vêm assolando este estado, e podemos dizer que ainda é um resquício dos problemas que ocorreram em 2012.

Somente entre a noite de terça-feira e a madrugada de hoje aconteceram mais seis ataques, evidenciando uma afronta total ao cidadão catarinense e ao estado democrático de direito. Em novembro de 2012, este estado foi alvo dos mesmos ataques, sendo dezesseis municípios atingidos em sete dias de terror.

Já no ano de 2013, nos mesmos sete dias, 19 municípios foram alvos de ações criminosas de natureza violenta de origem incendiária em ônibus, veículos, patrimônios públicos e até mesmo residências.

Assim, sobe para 60 o número de ataques neste estado, onde é visível o clamor da população pedindo respostas aos setores da segurança pública de Santa Catarina.

Não estamos aqui para defender o governo ou incitar a população, a opinião pública como governo. Temos que reconhecer as conquistas já feitas, as declarações e ações já realizadas pelo

governo, o fato de que nas últimas horas 25 suspeitos foram conduzidos até as delegacias, bem como todo aparato necessário para a segurança nos municípios, alvos dos criminosos, e o envolvimento da Polícia Militar e Civil e dos diversos departamentos da Segurança Pública, a exemplo do que colocou o deputado Aldo Schneider, da Secretaria de Justiça e de Cidadania.

A ação de enviar 30 detentos ao regime disciplinar diferenciado em penitenciárias federais, a criação de mais 300 vagas para agentes penitenciários e mais de 1.500 vagas na Polícia Militar, anunciadas pelo governador Raimundo Colombo é uma resposta do Executivo diante dos fatos que a população de nosso estado está sentindo e assistindo todos os dias.

Nos últimos dois anos, o estado inaugurou seis unidades prisionais e contratou 1.566 militares, 729 policiais civis, 754 bombeiros e 115 peritos. E tudo isso diante de uma população carcerária de quase 17.000 detentos e um déficit de quase 5.000 vagas.

Mas infelizmente tudo isso não basta. Precisamos de mecanismos e políticas públicas consolidadas para o sistema carcerário no âmbito nacional.

É fato que o sistema carcerário brasileiro enfrenta vários problemas, mostrando-se incapaz de cumprir com sua função básica de recuperar seus detentos.

Superlotação, maus-tratos, formação de facções criminosas, tráfico de drogas, assassinatos, falta de condições higiênicas e alimentares são algumas das provas da ineficiência em todo o Brasil do sistema, segundo apontam vários estudiosos e organizações que se dedicam ao assunto.

É preciso ter a visão de que a política penitenciária é questão de segurança, mas a própria segurança é questão de políticas públicas. Acredito que as políticas públicas têm que agir antes da prisão, com mecanismos e efeitos na saúde, educação e oportunidade de emprego, no tratamento as pessoas que v.exa., deputado Ismael dos Santos, é defensor.

Antes do efeito da segregação, tem que haver o combate a criminalidade em geral, necessitando também de políticas públicas dentro das casas prisionais.

O investimento na formação, treinamento e capacitação dos agentes, também integram o quadro prioritário de medidas emergenciais em relação ao sistema prisional, visto que esses profissionais, não só participam na recuperação dos reclusos, mas também fazem parte das relações de força dentro da unidade.

Por isso, sr. presidente, tenho certeza de que este estado vai tirar lições dos episódios que estamos vivendo e vai continuar melhorando não somente o sistema prisional de Santa Catarina, mas principalmente dando as condições necessárias para política efetiva de segurança que dê a tranquilidade que os catarinenses esperam.

Obrigado!"

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Quero registrar a presença do sr. Paulo Golmann, do município de Cunha Porã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, deputado Romildo Titon, desejo sucesso na sua caminhada e hoje na sua primeira missão, como presidente efetivo, nesta Casa.

Cumprimento os srs. deputados, nossos telespectadores, ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Eu quero iniciar, naturalmente, deputada Ana Paula Lima, fazendo um contraponto. O governador

Raimundo Colombo esteve nesta Casa. Diferente da presidente Dilma Rousseff que não foi ao Congresso. Mandou uma mensagem para ser lida, permitam-me a expressão, por um deputado qualquer.

O governador Raimundo Colombo esteve aqui, mesmo sabendo que seria hostilizado pelas galerias.

Deputado Jorge Teixeira, nosso governador esteve aqui, sim. Não porque a deputada Ana Paula Lima não entendeu a mensagem, mas houve uma mensagem por escrito, entregue a todos os deputados.

O sr. governador falou aqui por vários minutos dos seus projetos e dos seus programas, inclusive, na área da segurança. São investimentos em parceria com o governo federal, e reconhecemos que são R\$ 7 bilhões de forma inusitada de investimento na história do estado de Santa Catarina. E falou, sim, sobre a segurança.

Hoje, os órgãos de comunicação divulgaram as suas iniciativas. E aqui o deputado Carlos Chiodini acabava de refletir sobre elas - a contratação de 1.560 policiais militares, 300 agentes prisionais, a questão dos presídios.

Eu até, e aí eu concordo, deputado Maurício Eskudlark, tenho minhas dúvidas se seis mil presidiários em Santa Catarina estão de fato trabalhando. Mas se assim for, parabéns! Acho que é um dos poucos estados da federação que têm 50% da sua população carcerária trabalhando.

Os índices que temos acompanhado principalmente através da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas nos dão, deputado Reno Caramori, 90% de ociosidade nos presídios do país. Pior, 30% população carcerária com AIDS. E é claro, sabemos de toda essa questão do narcotráfico dentro dos presídios.

Agora, têm sido tomadas algumas decisões.

Deputada Ana Paula Lima, v.exa. fala da Polícia Federal. O nosso grande problema está aí.

Nós somos apenas 19 pontos de fronteira vigiada no Brasil. Dezenove pontos pela Polícia Federal! E nós temos que cobrar, sim.

Por que entram as armas? Por que entra a droga no país? São pelas fronteiras. Que é responsabilidade da Polícia Federal e em última instância da presidente Dilma Rousseff. Então, todos nós temos a responsabilidade sim, nessa questão da segurança. Acho que é um grande desafio.

Quanto à penitenciária de Blumenau, o prefeito Napoleão Bernardes precisa assumir a responsabilidade da área. Já há o recurso federal para que neste ano de 2013 tenhamos finalmente a solução para a situação caótica que é um presídio com 400 vagas, tendo uma população de mais 800 internos. São desafios que se colocam em relação à segurança pública.

É claro, e já foi dito aqui, e quero reprisar que estamos enxugando gelo. Enquanto não enfrentarmos a questão das drogas, estaremos enxugando gelo, sim. Ou vamos trabalhar de forma efetiva sobre isso, na questão da educação... Aí quero parabenizar o Proerd, que tem feito um trabalho excelente. São 100 mil alunos do ensino fundamental e médio que tiveram acesso no ano passado através dos programas do Proerd. Mais de um milhão de catarinenses, deputado Jorge Teixeira, já passaram pelos cursos do Proerd.

Queremos aplaudir, sim, a ação da Polícia Militar; queremos avançar nesse programa, pois o mesmo tem que atingir a família e demais membros da família, afinal de contas os dados dizem que quando temos um dependente químico em casa adoecem todos os membros da família. Então, são desafios que são colocados a todos nós na questão da segurança.

Para fechar, quero parabenizar o deputado Joares Ponticelli por essa bandeira hasteada no Parlamento. E vamos, sim, já nos próximos dias lutar e esforçarmo-nos para transformar inclusive a Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas numa comissão permanente, deputado Manoel Mota. E v.exa. já está convidado para estar conosco nessa luta, pois já demonstrou disposição para que tenhamos, sim, maiores e melhores

condições de tratarmos essas questões relacionadas às drogas em Santa Catarina.

Existe disposição do sr. governador Raimundo Colombo. E estaremos reunindo na próxima semana com o secretário de Assistência Social, dr. Cândido, que está conosco nessa cruzada, para que possamos fomentar de forma muito rápida, pois já estão garantidos no orçamento, felizmente aprovado nesta Casa, R\$ 9 milhões específicos para a reabilitação de dependentes químicos.

Nunca antes na história de Santa Catarina, permitam-me aqui parafrasear o ex-presidente Lula, houve esse recurso garantido no orçamento. E precisamos agora fazer a operacionalização, através do CRAS ou, enfim, dos CAPs, dessa parceria com os municípios, para que possamos dar uma resposta imediata à questão da prevenção e do combate às drogas no estado de Santa Catarina.

Apenas para concluir, sr. presidente e srs. deputados, fizemos chegar às mãos do srs. deputados, e com muito carinho compartilho com a população catarinense, essa nossa última obra, A transposição da Fábula Clássica, um recorte da nossa tese de doutorado, na verdade um exercício acadêmico sobre os espaços e o lugar da literatura popular na cultura brasileira, falando um pouco sobre a história da educação em Santa Catarina, em especial da série Fontes, primeira cartilha catarinense dos nossos educandários, através do então professor Henrique Fontes, que foi diretor de educação em Santa Catarina, um dos fundadores da UFSC e por três décadas fez valer a série Fontes no nosso estado.

Ela fala um pouquinho sobre a história do livro no Brasil em Santa Catarina e de forma muito específica trazendo algumas distinções da cultura popular e da literatura em nosso estado. Fica, portanto, à disposição dos catarinenses mais essa obra a A transposição da Fábula Clássica.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado ao PSD, com a

palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero reafirmar as palavras do meu colega, deputado Ismael dos Santos, até porque o governador tem sido firme, corajoso, nessas questões. Tem determinado mais concursos, fez a maior nomeação da história de 512 novos policiais civis.

Então, o que podemos dizer, deputada Ana Paula Lima, é que o governador tem dado as condições, tem oferecido à sociedade catarinense e aos aplicadores da segurança no nosso estado as condições necessárias para que a segurança seja melhorada.

Temos problemas? Temos. Temos que rever o que está acontecendo. Temos que rever. Estamos com problemas graves em nível de Brasil. Se nada piorar neste ano, deputado Ismael dos Santos, nós teremos 250 policiais assassinados no País até o fim do ano. Então, a sociedade vê essa guerra entre a criminalidade e a Polícia.

Eu já disse nesta tribuna que quando se desmoralizar a Polícia, a segurança pública, completamente, a guerra social estará instalada, porque os marginais não têm hoje o mínimo de respeito, não têm medo de decisão judicial, não de manifestação de Promotor, não têm medo da lei, não têm medo da sociedade. E o que é que nós estamos vendo? Como se diz aí, essa lei que é vergonhosa, que faz com que as pessoas às vezes já condenadas, às vezes com várias passagens, deputado Reno Caramori, em 15 dias já estejam nas ruas. Só as deixam nos presídios o tempo suficiente para serem agenciadas, ameaçadas pelos marginais e para que voltem para as ruas com a missão de praticarem outro tipo de delito.

Então, temos que rever essa situação. A nossa legislação tem que ser mais rigorosa. Nova Iorque diminuiu o número de presos e diminuiu o número de criminalidade. Nós aumentamos o número de presos, e aumenta a criminalidade. Nós estamos na contramão. Estamos no caminho errado na segurança

pública, no direito penal, na proteção da nossa sociedade. E nós temos que encontrar o caminho.

Agora, o governador, sim, tem participado, tem de frente explicado o que tem sido feito. E precisam, sim, os nossos responsáveis pela segurança, darem o resultado. Temos uma boa Polícia, uma Polícia competente, às vezes não entendida porque muitos, a própria imprensa, os próprios intelectuais, preocupam-se muito mais com o criminoso, com a marginalidade, com a forma que esses marginais perigosos são tratados, do que enaltecer as ações que os policiais executam.

A cada 35 horas no nosso país um policial é morto. Desde ontem, quando foi instalada a nossa sessão legislativa, deputado Reno Caramori, até agora, no mínimo, infelizmente, um policial foi covardemente assassinado neste país. E a marginalidade está se achando impune. E aí o que é que acontece? Recrutam menores para praticar esses atentados.

Então, menores que são agenciados pelo crime, outros que querem se sentir respeitados na comunidade onde residem, por conta própria, resolvem praticar um delito, colocar fogo num ônibus, atentar contra uma unidade policial.

Então, efetivamente a sociedade brasileira tem que enfrentar esse problema de frente. Hoje é um problema mais grave em Santa Catarina. Mas com certeza é um problema nacional, que temos que ter a coragem de enfrentar.

Também quero registrar rapidamente a questão da BR-101. A Autopista Litoral comunicou à administração municipal de Balneário Camboriú que resolveu pela manhã fechar mais um dos acessos a Balneário Camboriú.

Deputada Ana Paula Lima, ia deixar Camboriú, aquele município, com um acesso. Quer dizer, quando tivesse algum problema, para a BR-101 toda. Felizmente a mobilização das autoridades... E quero registrar o trabalho do vereador Pedro, do secretário da Administração, que conseguiram impedir. E esse fato vai ser negociado com a Autopista.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark. Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero saudar a todos, também quem nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital. É a primeira vez que ocupamos a tribuna neste novo ano de 2013, nesta volta do trabalho legislativo desta Casa. E quero dizer que para nós este momento, o ano de 2013, sr. presidente, é o ano do Partido dos Trabalhadores, é o número 13, e nós também comemoramos nesse final de semana 33 anos de existência do Partido dos Trabalhadores.

No próximo dia 20 de fevereiro vamos ter em São Paulo uma grande comemoração dos dez anos do governo do Partido dos Trabalhadores governando o nosso país. Então, para nós é um ano extraordinário, e com certeza vamos juntos comemorar as grandes transformações pelo nosso país. Um país que estava afundando, endividando-se cada vez mais com o Fundo Monetário Internacional, um país que sofria intervenção muito dura dos Estados Unidos, também sofrendo outras formas de intervenção, hoje é um país que vem dando exemplo para o mundo, na sua experiência de intervenção na melhoria de qualidade de vida para o povo, de fortalecimento do estado, na política pública, na educação, na saúde, enfim, nas mais diversas áreas.

Quero, sr. presidente, rapidamente dizer que a nossa bancada hoje vai dividir a fala com a deputada Ana Paula Lima, porque a partir desta semana esta companheira assume a liderança da nossa bancada, depois de dois anos que atuei como líder do partido neste Parlamento.

Agradeço este espaço, a confiança dos meus companheiros, em poder estar na linha de frente da coordenação dessa equipe maravilhosa, que são os

nossos sete deputados, eu e mais seis que estamos atuando nesta Casa com muita firmeza, com muita unidade de ação, nos grandes momentos de dificuldade nesse estado. Atuamos juntos com os movimentos sociais, com o sindicalismo da educação, na luta do Sinte, na luta da agricultura familiar, na luta da saúde, brilhantemente representada pelo nosso presidente deputado Volnei Morastoni, na comissão de Saúde, nas lutas da Segurança Pública, enfim, na luta piso mínimo regional, enfim, em muitos momentos a nossa bancada atuou firmemente.

É uma bancada que articula junto ao governo federal para termos investimentos neste estado, sejam ferrovias, sejam rodovias, e agora neste último período há uma articulação muito grande do nosso partido, da nossa ministra, das nossas lideranças, para termos investimentos no estado. Sendo que inclusive, ontem foi mencionado pelo governador um aval de mais de R\$ 7 bilhões para investir em grandes obras que são necessárias em nosso estado para a nossa população.

Atuamos na fiscalização, na denúncia de mal feitos no governo do estado; propomos várias CPIs para fiscalizar uma boa aplicação do dinheiro público na área da Saúde, na área da Segurança e em outras áreas; atuamos no fim da terceirização da merenda escolar e de outras lutas que também participamos.

A bancada também discutiu muito firme a questão dos supersalários desta Casa, as aposentadorias por invalidez e outras ações. A questão da SCGÁS, que numa questão, na nossa avaliação ilegal, o estado perde 50% das suas ações da SCGÁS, e agora o Tribunal de Contas julga mais uma vez que nós na época tínhamos razão na nossa luta.

Além disso, atuamos em várias outras questões, tanto de denúncias de irregularidades quanto de cobranças por parte do governador em promessas de campanha.

Deputada Ana Paula Lima, quero dizer aqui que v.exa. fez uma fala anteriormente que na minha avaliação não foi leviana. Nós cobramos sempre um

grande projeto para Santa Catarina. Este governo não tem um projeto estratégico de desenvolvimento em nosso estado. Faz políticas pontuais e não apresenta uma grande estratégia de desenvolvimento para o nosso estado e por isso a referida deputada cobra uma ação mais eficaz, um projeto mais claro de desenvolvimento, inclusive um projeto mais claro na área da segurança pública.

Para finalizar, deputado Kennedy Nunes, v.exa. disse que a fala da deputada Ana Paula Lima foi leviana, mas v.exa. fez uma avaliação também leviana quando acusou o prefeito Paulo Élcio de isentar do Habite-se as empresas. Não é verdade. Somente o microempreendedor individual, as demais empresas passam por um controle sério.

Por isso quero deixar claro para quem nos acompanhou, para os srs. deputados e para as sras. deputadas que a liberdade e a não obrigação do Habite-se é somente para o microempreendedor individual. Ou seja, o pintor, o eletricitista, o construtor individual que tem essa isenção.

Era isso que queria deixar registrado e claro para o povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pelo tempo restante do PT, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputado Dirceu Dresch.

Deputado Ismael dos Santos, quero dar, primeiramente, algumas respostas que se fazem necessárias. Quero dizer aos deputados da base governista que não me intimido com a ignorância nem com a desfaçatez tampouco com a falácia inescrupulosa dos debochados que fazem parte desta Casa.

A verdade, srs. parlamentares, é que o povo de Santa Catarina vive o pior momento de sua história com relação à questão da segurança pública. O povo está em pânico, e o governo está inerte.

A mensagem que gostaria de ter ouvido do sr. governador, ontem, seriam as ações que ele iria fazer para resolver alguns gargalos na segurança

pública e, principalmente, na saúde. É isso que pede o nosso povo.

Então, sr. deputado Ismael dos Santos, a presidente Dilma Rousseff reuniu quase 5 mil prefeitos, falou para os prefeitos de todo o Brasil quais eram as ações do governo e quais os recursos disponíveis em todas as áreas.

Não adianta somente a presença neste Parlamento do sr. governador. Ele tem que dizer por que veio, como vai governar, de que jeito conseguirá os recursos para resolver os problemas do povo catarinense.

Não vou me intimidar em chegar a esta tribuna porque sou responsável pela voz e por milhares de catarinenses, homens e mulheres, que pedem para o nosso gabinete ações. Não vou ficar nesta tribuna inerte diante do que está acontecendo no estado de Santa Catarina.

Enquanto isso, srs. parlamentares, parece que há alguns deputados que vivem no país das maravilhas, no país da Alice. Não estão vendo o que está acontecendo?! Agora, no município de Navegantes, mais uma fábrica foi incendiada esta noite. Durante o dia é que foi apagado todo o incêndio. Ou v.exas. pensam que não estão acontecendo outras ações em vários municípios?! O que é isso?

Com todo o respeito à secretária Ada De Luca, mulher corajosa, mas não adianta somente estar lá se não houver recursos para gerir aquela secretaria! Há! O governo Colombo tem que parar as suas ações para resolver esses problemas que estão intranquilizando a nossa gente!

Sr. deputado Ismael dos Santos, qual é o recurso que o governo Colombo colocou para enfrentamento, prevenção e tratamento às drogas este ano? Nenhum! Diferente da presidente Dilma Rousseff, que fez um programa para combater o *crack*.

Mas srs. parlamentares o ano começou e não será fácil porque já vemos vários ataques a vários municípios. Mas quero aqui me colocar à disposição como líder da bancada do Partido dos Trabalhadores para o que for preciso.

E aproveito o momento para agradecer a liderança do deputado Dirceu Dresch que conduziu muito bem a nossa bancada por dois anos. Agradeço também a confiança dos demais parlamentares, deputados Jailson Lima, Neodi Saretta, Luciane Carminatti e Volnei Morastoni, que depositaram no nosso nome a condução dos trabalhos deste ano. E gostaria de dizer, ainda, que daqui defenderei a população, nós somos a maior bancada de Oposição deste Parlamento e não ficaremos quietos, inertes ao que está acontecendo no estado de Santa Catarina.

Agradeço a confiança dos meus pares e quero dizer aos demais parlamentares que faremos a boa luta e o Parlamento deve fazer a sua parte e cobrar ações do governo do estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Gostaria apenas, sr. presidente, de registrar com satisfação a presença nesta Casa na tarde de hoje do procurador do município de Criciúma, Giulliano Bittencourt Frassetto; do presidente da Câmara de Vereadores de Urussanga, João Batista; e do líder da bancada progressista de Urussanga, terra do vinho, vereador Odivaldo Bonetti.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de dizer ao deputado Valmir Comin que, na próxima reunião da bancada, sua estreia como líder, seria uma ótima oportunidade para degustarmos esse vinho e ter a certeza se realmente é bom.

Sr. presidente, deputado Romildo Titon, quero, em primeiro lugar, registrar a nossa satisfação, a

nossa alegria em participar deste momento importante, deste acordo que elevou o nosso correligionário e colega, deputado Joares Ponticelli, à condição de presidente desta Casa por um ano.

Gostaria de agradecer também, de forma especial, à nossa bancada, aos deputados Valmir Comin, Reno Caramori, José Milton Scheffer, Joares Ponticelli, à época, ainda, ao deputado Kennedy Nunes, que me deram a oportunidade de ser aqui por mais de quatro anos, deputado Valmir Comin, líder da bancada progressista. Quero dizer que foi com muita satisfação que desempenhei essa função, que devo dizer foi muito fácil, pois foi um grande prazer liderar deputados atuantes, competentes, de representatividade política, administrativa, mas que entendem, compreendem o que é o trabalho de um deputado, que fazem acontecer com um programa partidário, com compromisso, e quando estão na Oposição, sabem ser Oposição, e quando estão na Situação, sabem ser Situação.

Dessa forma, gostaria de enfatizar que não tive dificuldades de ser líder de uma bancada que honra não apenas o Partido Progressista, mas todos os catarinenses, pelo histórico que o nosso partido, através da nossa bancada, tem, ao longo desses anos, estando na Situação ou Oposição.

Assim desempenhamos a nossa função e vamos continuar desempenhando, a partir de agora, deputado Valmir Comin, sob a sua responsabilidade.

Por isso quero agradecer, mais uma vez, por estar nesta tribuna, ao mesmo tempo em que deixo de ser líder. Mas também queremos repetir, mais uma vez, aquilo que já dissemos: agradecemos pela oportunidade que tivemos de ter o deputado Joares Ponticelli na Presidência da Casa. Portanto, não é um discurso de despedida, mas, sim, de agradecimento pela oportunidade. E não podia, evidentemente, deixar de registrar esse momento tão importante.

Ao mesmo tempo, quero dizer a v.exa., deputado Antônio Aguiar, que se manifestou na tarde de hoje fazendo registros da participação tanto de v.exa., quanto deste deputado que lhes fala e do deputado

Darci de Matos, na comitiva do governo do estado quando de sua ida aos municípios de Rio Negrinho e Itaiópolis, que eu também quero registrar essa importante passagem do governo lá em Rio Negrinho, como v.exa. disse, dando a ordem de serviço para a execução da rodovia que faz a ligação do trecho da cidade de Rio Negrinho, deputado Nilson Gonçalves, indo ao distrito de Volta Grande.

No município de Itaiópolis, mais precisamente na comunidade de Moema, o governo lançou a ordem de serviço para a licitação da obra em si. E quando tivermos a empresa vencedora, certamente que aquela rodovia, deputado Antônio Aguiar, vai ser a rodovia da integração do planalto norte com o vale do Itajaí. Ela vai beneficiar não somente os municípios de Itaiópolis e Doutor Pedrinho, mas também os municípios de Papanduva, Major Vieira, Canoinhas, Rio Negrinho, São Bento do Sul, o planalto norte como um todo, além de fazer a ligação com a BR-116 que, por sua vez, faz a ligação com o planalto serrano, a região do Paraná, Curitiba, e por sua vez com São Paulo.

No que diz respeito à Rodovia dos Móveis, deputado Antônio Aguiar, estamos trabalhando nela há seis anos. E neste governo já foi contratado o projeto. Muitas pessoas achavam que o governo ia lá dar a ordem de serviço para a execução da obra. A ordem de serviço liberada foi para a execução do projeto da Rodovia dos Móveis. E quero crer que até meados do ano, segundo o secretário Valdir Cobalchini, o projeto vai estar executado. Daí, sim, haverá a licitação da obra em si para haver uma empresa vencedora que fará aquela revitalização da SC-420, a Rodovia dos Móveis, que é outra rodovia de um trecho curto, mas de relevância para o planalto norte e Santa Catarina.

Não podia deixar também de me manifestar, sr. presidente, assim como também fez o deputado Antônio Aguiar, sobre a saúde. E quando v.exa. diz que a alta complexidade não pode estar apenas em uma comunidade, v.exa. tem toda a razão porque alguns serviços podem ser feitos num município que compreende uma macrorregião, ou podem ser feitos em outros municípios, como é o caso de Canoinhas,

Mafra e São Bento do Sul. Assim estaremos colaborando para amenizar o problema da saúde no planalto norte.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0001/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0002/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0003/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0004/2013, 0005/2013 e 0006/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0007/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0007/2013 e 0015/2013, do deputado Neodi Saretta; 0001/2013, do deputado Jean Kuhlmann; 0002/2013 e 0016/2013, do deputado Padre Pedro Baldissera; 0003/2013 e 0010/2013, do deputado Jailson Lima; 0004/2013, 0005/2013, 0017/2013, 0018/2013 e 0019/2013; 0006/2013, do deputado Maurício Eskudlark; 0007/2013 e 0020/2013, do deputado Dirceu Dresch; 0008/2013, do deputado Marcos Vieira; 0009/2013, da deputada Ana Paula Lima; 0011/2013, do deputado Mauro de Nadal; 0012/2013, do deputado Narcizo Parisotto; 0013/2013, do deputado Reno Caramori; e n. 0014/2013, do deputado Joares Ponticelli.

Fim das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital nesta primeira sessão ordinária deste ano legislativo, foi cumprido o recesso para quem tem quase tão somente esta tribuna como espaço para apresentar seus pontos de vista a respeito de

diversos assuntos importantes para a sociedade catarinense.

Nesta primeira sessão ordinária evidentemente, que tem um acúmulo de assuntos a serem tratados, e nós não conseguiremos aprofundar a análise em nenhum deles, ou em mais do que um, não tem como não falar, por exemplo, da tragédia em Santa Maria, onde duzentas e trinta e poucas pessoas perderam a vida, na minha avaliação aqui de longe, pela irresponsabilidade de algumas pessoas. E, com certeza, olhando aqui de longe também, não tem como não avaliar que houve conivência de alguma autoridade.

Um estabelecimento que comporta mais de mil pessoas com apenas uma porta de acesso é suficiente para entendermos que ali a qualquer momento pode acontecer uma tragédia. E aquele estabelecimento estava funcionando, repito, com a conivência de algumas autoridades municipais e estaduais, pelo menos. Mas tem que se falar ainda muito a respeito disso, porque essa questão também afeta o estado de Santa Catarina e os procedimentos que precisamos adotar aqui.

Eu soube hoje que o prefeito de Brusque decretou que não precisa mais Habite-se para a liberação, para a abertura de casas de eventos naquela cidade.

Esta Assembleia aprovou aqui, no ano passado, uma PEC, com apenas três votos contrários, se não me engano, que são os prefeitos que escolhem qual é o bombeiro que vai dar o Habite-se na sua cidade, e evidentemente que isso também precisa ser refletido.

É claro que não estou usando essa relação com a tragédia de Santa Maria, até porque lá o bombeiro que existe na cidade é o bombeiro militar, é o bombeiro público estadual, ligado ainda à brigada militar gaúcha. Mas precisamos refletir sobre todas essas questões e da responsabilidade que também nós parlamentares temos nessa questão. E nesse aspecto concordo com o que afirmou o deputado Kennedy Nunes, ou seja, todos nós temos responsabilidade sobre as questões de segurança da sociedade.

Se o Poder Legislativo Estadual não for autoridade suficiente para definir regras e procedimentos, então perdemos bastante da razão de existir o Parlamento em cada estado.

Não tem como não falar também da mensagem do governador, e seria necessária uma análise mais profunda que, evidentemente, já fizemos no dia de ontem não nesta tribuna, porque aqui não usamos a palavra ontem, e também não com o sentido de galhofa, mas queria fazer uma observação.

Lembro-me muito bem da mensagem do governador de que devemos vender um Fusca velho para construir uma WEG. Isso denota uma ideologia na sociedade, ou seja, todo mundo que vender um fusca velho e investir bem fica dono de uma WEG.

Então, é uma reflexão a respeito de uma das frases do governador que precisamos também fazer, mas evidentemente que existe uma análise mais de fundo necessária a ser feita a respeito das posições do governo e daquilo que foi defendido aqui ou ficou nas entrelinhas.

Ficou nas entrelinhas inclusive o fato de que neste ano, da graça de Deus, de 2013 os servidores estaduais não terão a reposição das perdas inflacionárias relativas a 2012 e que já aportou neste Poder Legislativo, embora não tenha sido distribuído ainda aos parlamentares, um projeto de lei complementar de autoria do governador alterando a lei da data-base.

Imagino que essa alteração possa ser inclusive a revogação, não vi o conteúdo ainda porque não foi distribuído, mas está nesta Casa o debate do Poder Executivo a esse respeito, e quanto a isso o governador não falou.

Na primeira sessão ordinária do ano não tem também como não falarmos da Operação Veraneio que está sendo realizada no estado de Santa Catarina, no seu imenso litoral e em algumas cidades balneárias do interior, contando com milhares de policiais e bombeiros trabalhando em escalas extenuantes para garantir o mínimo de segurança à população catarinense e a todos os visitantes.

Policiais e bombeiros que trabalham quando se deslocam de uma região para outra recebem uma

diária de R\$ 100,00 para hospedagem e alimentação durante 24 horas nas cidades litorâneas catarinenses. É uma condição indignante! E a revolta dos companheiros ao longo de todo esse verão que ainda não terminou é absolutamente justa e correta, e o debate precisa ser feito aqui e encarado de frente, porque se não tem esses milhares de companheiros lá na linha de frente não tem Operação Veraneio.

O estado de Santa Catarina não pode se vangloriar de ser o melhor destino turístico do Brasil e não tem o lucro para muita gente que lucra. E alguns lucram, e muito, com a Operação Veraneio. Evidentemente que não tem a arrecadação da qual o estado tanto precisa.

Outro assunto necessário ainda é a greve da saúde que terminou no dia 21 de dezembro de 2012, depois de encerrados os trabalhos na Assembleia Legislativa. Esta Assembleia não pôde repercutir também pelo seu atraso e pelo atraso do governo o encerramento da greve da saúde, que terminou com a vitória da categoria, ganhou a gratificação de 50% que reivindicava, depois de 60 dias de paralisação, depois de o governo ter perdido todos os argumentos que apresentou aos meios de comunicação. Perdeu porque os meios de comunicação, seus agentes seus formadores de opinião, foram ver a situação real lá na base onde está o problema, junto inclusive com os deputados da comissão de Saúde desta Assembleia ou então junto com os servidores ou por iniciativa pessoal desses jornalistas, desses profissionais dos meios de comunicação.

Muito ainda se há que falar de saúde pública também no estado de Santa Catarina, inclusive, sobre os desdobramentos das negociações daquela greve, porque ainda precisa que projeto aporte a esta Assembleia Legislativa, e até agora este não chegou.

Então, as vaias que ocorreram ontem aqui não foram por nenhum motivo, mas pelo simples fato de que de 21 de dezembro até ontem o governo não tinha conseguido encaminhar o projeto de lei para dar o encaminhamento efetivo, legal, para o acordo

da greve realizado no dia 21 de dezembro. Assim, o motivo da vaia foi esse, na minha interpretação. Outros projetos foram encaminhados, mas esse não.

Sobra-me pouco tempo, mas gostaria de falar especialmente da onda de ataque e violência no estado de Santa Catarina. Mas em apenas um minuto não terei condições de fazer uma análise sequer elementar. Mas a causa mais profunda seria as mais de duas décadas de abandonos dos serviços públicos essenciais pelos sucessivos governos, federal e estadual.

Perguntaram-me se a culpa era da deputada Ada de Luca, a secretária. Não combinei com ela, mas é simplismo demais, casuismo e talvez oportunismo tentar achar uma autoridade atual e botar a responsabilidade nela. São duas décadas de abandono do serviço público, ao mesmo tempo em que nenhum governo em especial é responsável. Todos os que governaram o estado ou apoiaram os governos nos últimos 23 anos são responsáveis pelo caos atual da segurança pública.

Nós precisamos refletir muito a respeito disso e faremos isso, inclusive no sentido de ajudar a resolver os problemas. As medidas positivas que o governador tomou nas últimas semanas, que foram aqui pronunciadas pelo deputado Maurício Eskudlark, são verdadeiras e dignas de aplauso, mas somente aconteceram depois da nova onda de ataque começar, porque em dezembro passado tinham sido tesouradas pelo grupo gestor. Esse é o fato.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Na ausência dos deputados inscritos para falar, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

